



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE LICENCIATURA INTEGRADA EM HISTÓRIA E GEOGRAFIA**

HUGO DOS SANTOS LIMA

**CARTAS DE KINJI IKEGAMI: A VISÃO DE UM IMIGRANTE
JAPONÊS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA SOBRE A SEGUNDA
GUERRA MUNDIAL (1945-1947)**

**SANTARÉM – PA
2019**

HUGO DOS SANTOS LIMA

**CARTAS DE KINJI IKEGAMI: A VISÃO DE UM IMIGRANTE
JAPONÊS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA SOBRE A SEGUNDA
GUERRA MUNDIAL (1945-1947)**

Trabalho de Conclusão de Curso – modalidade artigo –
apresentado ao curso de graduação em Licenciatura
Integrada em História e Geografia, do Instituto de
Ciências da Educação (ICED) da Universidade Federal
do Oeste do Pará (UFOPA), como requisito parcial à
obtenção do grau de Licenciado em História e Geografia
com ênfase em História, sob a orientação do Prof. Dr.
André Dionei Fonseca.

**SANTARÉM – PA
2019**

Ficha catalográfica elaborada pelo Setor de Processamento Técnico da Divisão de Biblioteca da UFOPA
Publicação na Fonte. UFOPA - Biblioteca Central Ruy Barata

Lima, Hugo Dos Santos.

Cartas de Kinji Ikegami: a visão de um imigrante japonês na amazônia brasileira sobre a segunda guerra mundial (1945-1947) / Hugo Dos Santos Lima. - Santarém, 2019.
35f.: il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Oeste do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Curso Integrado em História e Geografia.

Orientador: André Dionei Fonseca.

1. Imigração Japonesa. 2. Amazônia. 3. Segunda Guerra Mundial.
I. Fonseca, André Dionei. II. Título.

UFOPA/Sistema Integrado de Bibliotecas

CDD 23 ed. 981.15



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE CIÊNCIAS HUMANAS

Ata de Defesa Pública do Trabalho de Conclusão de Curso

Ata de Defesa do Trabalho de Conclusão de Curso em Licenciatura Integrada em História e Geografia/História do(a) discente HUGO DOS SANTOS LIMA.

Aos 8 dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove, reuniu-se a banca examinadora do Trabalho de Conclusão de Curso em Licenciatura Integrada em História e Geografia/História apresentado pelo(a) discente HUGO DOS SANTOS LIMA, intitulado: CARTAS DE KINJI IKEGAMI: A VISÃO DE UM IMIGRANTE JAPONÊS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA SOBRE A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL (1945-1947). Compôs a banca examinadora a Professora Isabel Teresa Creão Augusto. Após a exposição oral, o(a) discente foi arguido(a) pela componente da banca e, posteriormente, reuniram-se reservadamente e decidiram pela APROVADO, com o nota 9,0. Nada mais havendo a tratar, a ata foi lavrada e assinada pelos membros da banca examinadora.

Orientador: André Dionyf Fonseca
Avaliador 1: Isabel Teresa Creão Augusto
Avaliador 2: _____

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar ao meu orientador André Dioneu, pela paciência e dedicação em me orientar, além dos incentivos e pelas últimas lições dadas nos instantes finais desse Trabalho de Conclusão de Curso.

Aos meus pais por sempre me darem apoio em todos os momentos da minha vida.

Aos meus colegas de turma que ao longo do curso compartilharam desde os momentos descontraídos, bem como os mais decisivos.

À senhora Áurea, a qual foi a responsável por adquirir preciosa fonte para esse estudo.

À professora Isabel Creão, por intermediar o encontro com a senhora Áurea.

À associação de japoneses do Tapajós, representado pela Senhora Rosana Sawaki, me apoio.

Aos meus amigos da Sokka Gakkai, por me ajudarem a enfrentar os mais diversos momentos da minha vida.

Ao meu professor de japonês Hiroshi Katayama, que me incentivou muitas vezes.

Aos meus amigos e irmãos do coração, Rosiely, Jéssica, Renato Alexandre, Douglas, Natasha, Luiz, Layane, Glauber e Laurene, que me apoiaram diversas vezes.

A todos os amigos que consegui durante esses últimos anos de curso, que me incentivaram e contribuíram de alguma forma para este trabalho.

RESUMO

O presente artigo propõe analisar a visão de um imigrante japonês chamado Kinji Ikegami que imigrou na década de 1930 para Amazônia, onde vivenciou as políticas imigratórias de Vargas e o impacto causado pela Segunda Guerra Mundial em seu cotidiano. A imigração no período 1930-1945, foi permeado por uma relação conflituosa entre japoneses e brasileiros. Utilizando-se das cartas desse imigrante, nos propomos empreender uma análise a respeito das experiências dele na região, observando o convívio entre os cidadãos e sua adaptação ao Brasil. Para tanto, serão abordados o contexto histórico e político do país, a fim de compreender o ponto de vista de Kinji sobre o impacto da Guerra no seu cotidiano.

Palavras Chave: Imigração Japonesa, Amazônia, Segunda Guerra Mundial

ABSTRACT:

The present article proposes to analyze the vision of a Japanese immigrant named Kinji Ikegami, who immigrated in the 1930s to Amazonia, where he experienced the immigration policies of Vargas and the impact caused by the World War II in his daily life. The immigration in the period of 1930-1945, It was permeated by an adversarial relationship between Japanese and Brazilian. Using the letters of this immigrant, we propose to undertake an analysis of his experiences in the region, observing the relationship between citizens and their adaptation to Brazil. Therefore, the historical and political context of the country will be approached in order to understand Kinji's point of view on the impact of the War on his daily life.

Keywords: Japanese immigration, Amazon, World War II

概略

この論文は、1930年代アマゾンに移住したキンジ イケガミという日本人の物の見方を検討したものである。アマゾンは、ヴァルガス大統領移民政策や第二次世界大戦の衝撃を日々の生活に味わった地である。移民政策は、1930年～1945年の間も続いていたが、日本人とブラジル人はけん悪な関係にあった。この移民者を例に、民族間の共有と彼のブラジルになれる様子を見ながら、現地での彼の体験をもとに検討していきたい。歴史政治的背景を踏まえて日常生活への戦争の影響についてキンジの見方を理解したい。

キーワード: 日本移民、アマゾン、第二次世界大戦

1. INTRODUÇÃO

A escolha desse tema está ligada aos meus antigos questionamentos, revividos durante as aulas de história do Brasil III e História da Amazônia II, componentes nos quais havia tópicos comuns sobre os fluxos imigratórios no país. A partir das discussões e das leituras realizadas nessas disciplinas, selecionei como tema de meu Trabalho de Conclusão de Curso um assunto que estava ligado ao tema da imigração.

O acesso a cópias das cartas de Kinji Ikegami, um imigrante da terceira turma da Escola Superior de Colonização *Koutaku* que veio para região Amazônica no ano de 1933, fez surgir a possibilidade de escrever a respeito da visão desse imigrante sobre os acontecimentos nos planos nacional e internacional do contexto histórico do entreguerras e a Segunda Guerra Mundial, além de suas dificuldades de adaptação na região amazônica. Como se sabe, nesse período a guerra causou consequências no processo de imigração japonesa para Amazônia.

A fim de entender a razão dessa situação, Reiko Muto nos fala que o fluxo imigratório teve períodos distintos, tendo o primeiro iniciado com a chegada dos imigrantes pioneiros no Pará, em setembro de 1929, e no Amazonas, em janeiro de 1930. Desde essas datas, seguiu-se uma sucessiva vinda de grupos de imigrantes até o início da década de 1940, sendo conhecida como “velha imigração” (chamada de *Kyu-imin* pelos japoneses). Um segundo período, ocorreu após Segunda Guerra Mundial, tendo a nomenclatura de “nova imigração” (*shi-imin*, em japonês).¹

Nesse sentido, Marília Ferreira Emmi ressalta que essa mudança ocorreu devido à Segunda Guerra Mundial ter causado o interrompimento da imigração do tipo tutelada, pois o Brasil alinhava-se contra o Japão nesse conflito. Como consequência desse alinhamento, as relações diplomáticas entre os dois países foram cortadas em 1942, sendo retomadas em 1952, quando houve um novo processo imigratório para o Brasil.²

A história, no século XIX, caracterizava-se por escrever sobre os “grandes acontecimentos” e os “grandes homens”. Essa forma de escrita era construída no princípio do modelo positivista que possuía um cunho político e seguia uma linha dita “objetiva”. A partir dos estudos econômicos e sociais dos primeiros historiadores do movimento dos *Annales*, no século XX, mudou-se esse pensamento de como deveria se escrever a história. Já na década de

¹MUTO, Reiko. *O Japão na Amazônia: Condicionantes para fixação e mobilidade dos imigrantes japoneses (1929-2009)*. 2010. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Universidade Federal do Pará, Belém. p.13.

²EMMI, Marília Ferreira. *Um Século de Imigrações Internacionais na Amazônia Brasileira: 1850 – 1950*. Belém: NAEA, 2013. p. 178.

1960, a chamada terceira geração *analista* consolidou essa perspectiva histórica na qual as mulheres, os operários, prisioneiros, ou como definiu Michele Perrot, os “excluídos da história”³, passaram a ser objeto de interesse dos estudos históricos.

Nessa chamada *Nouvelle Histoire* – tendo como representantes Jacques Le Goff, Jean Delumeau, entre outros – foi proposta uma (re)ordenação das possibilidades de abordagens e dos temas históricos⁴. Já em outra frente, surgiram autores como Carlo Ginzburg e Giovanni Levi, representantes da Micro-História italiana, além de historiadores norte-americanos voltados para estudos culturais como Natalie Z. Davis e Robert Darnton.⁵ Também nesse período, surgiram importantes trabalhos de historiadores marxistas ingleses, que reformularam os conceitos clássicos, como o de classe social. Nessa linha de pesquisa, destaca-se o historiador Edward P. Thompson⁶.

Quanto à micro-história, de acordo com José Carlos da Silva Cardozo, ela reduz a escala de análise para compreender os fenômenos que não seriam perceptíveis em uma análise mais generalizante. Assim, o pesquisador pode indagar com mais detalhe o seu objeto valendo-se de uma gama de outras fontes, semelhantes ou não, objetivando sua compreensão.⁷

Deste modo, quando se fala de micro-história, surge como representante a figura de Carlo Ginzburg, autor da obra “*Queijo e os Vermes*”⁸, em que é analisada a trajetória de um moleiro friulano – Domenico Scandella, conhecido pela alcunha de Menocchio – que foi julgado pelo tribunal do Santo Ofício por explanar ideias contrárias aos princípios da Igreja do século XVI. Segundo demonstrou Ginzburg, apesar de viver em uma pequena vila, este indivíduo não pode ser considerado um camponês “típico” para aquele tempo, pois aos olhares de seus conterrâneos ele era considerado uma pessoa diferente das demais, sobretudo por sua paixão por livros, dentre esses, encontravam-se as obras muito difundidas na época, como o Decameron e o Alcorão, ambas proibidas pela Igreja Católica. Essas leituras foram a base de formulação de suas teorias – principalmente a da criação do mundo a partir da putrefação. Elas contrariavam os padrões daquela instituição eclesiástica, sendo assim, ele foi considerado um

³ PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

⁴ LE GOFF, Jacques. *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

⁵ BARROS, José D’Assunção. *O Campo da História*. Petrópolis: Vozes, 2004.

⁶ THOMPSON, Edward. P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

⁷ CARDOZO, José Carlos da Silva. Reflexões sobre a abordagem macro e micro na história. *Mneme* (Caicó. Online), v. 11, p. 28-41, 2010.

⁸ GINZBURG, Carlo. *O queijo e os Vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

herege e, conseqüentemente, levado duas vezes a julgamento pela Inquisição e condenado a morte.⁹

Seguindo a perspectiva aberta pelas pesquisas filiadas à micro-história, este artigo baseou-se nas cartas de Kinji Ikegami, “imigrante comum”, que escreveu missivas no período de 01 de fevereiro de 1945 a 20 de março de 1947, mas apesar da data de escrita, ele discorre sobre os fatos ocorridos antes desse recorte temporal. Ainda vale salientar que esse documento estava originalmente em idioma japonês, sendo traduzido para o português por Yuko Takeda – tradutora residente em Brasília – e tendo algumas correções feitas pelo Sr. Yorio Nakano – pesquisador sobre a Koutaku. O acesso a essa fonte, deu-se pelo intermédio da Sra. Áurea, cujo material ela adquiriu da família Ikegami, residentes na cidade Alenquer. Posteriormente, ela compartilhou a cópia das correspondências, além de outros materiais referentes a Kinji.

Dentre esses outros materiais, estava a pesquisa de Antão Shinobu Ikegami no formato de relato biográfico sobre a vinda do seus pais para região amazônica. Esse documento, nomeado de “Imigrantes pioneiros da Amazônia”, era destinado a toda família Ikegami, como forma de registro para os descendentes. Nesse relato, foram descritas informações adicionais, que complementam as lacunas deixadas pelas cartas, como o ano da chegada de Kinji, além de outros pormenores.

Sendo assim, devido às características das fontes, este trabalho optou por seguir como metodologia a “escrita de si”, que de acordo com Ângela de Castro Gomes, assume a subjetividade de seu autor como dimensão integrante de sua linguagem, construindo sobre ela a “sua verdade”(…).¹⁰ Ainda de acordo com Ângela de Castro Gomes, o que passa ser relevante para o historiador é exatamente a ótica assumida pelo registro e como seu autor a expressa, ou seja, a fonte documental não trata de “dizer o que houve”, mas apontar as impressões do autor sobre aquilo que ele viu, sentiu e experimentou naquele momento histórico. Sendo assim, a pesquisa não busca falar os acontecimentos como eles ocorreram, mas demonstrar as impressões de Kinji Ikegami a respeito do que ele vivenciou no Brasil com as políticas autoritárias do governo de Vargas, além dos agravantes de seu país de origem ser aliado da Alemanha e Itália.

No entanto, como foi falado acima, usou-se o suporte de outro documento, o relato biográfico de Antão Shinobu, que passa relatar as memórias a respeito de seu pai, mostrando brevemente a trajetória de Kinji antes da chegada ao Brasil e durante sua vida na Amazônia,

⁹ Essa instituição existiu em diversos países europeus e a partir de sua criação até o século IX, tinha poderes restritos, somente no século X ganharia força e importância.

¹⁰ GOMES, Ângela de Castro. *Escrita de si, escrita da história*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 14.

bem como detalhes ocultos nas missivas. Esse relato e as próprias cartas, possuem o elemento biográfico e, segundo Giovanni Levi, há várias problematizações com uso desse tipo de fonte, pois trata-se de memórias registradas para posteridade cabendo ao pesquisador interpretar, dimensionar e problematizar os possíveis exageros e omissões sobre os elementos históricos ligados ao contexto em que está inserido ou biografado. Por isso, para Giovanni Levi: “o que se torna significativo é o próprio ato interpretativo, isto é, o processo de transformação do texto, de atribuição de um significado a um ato biográfico que pode adquirir uma infinidade de outros significados.”¹¹

Sendo assim, este artigo está dividido em dois tópicos. No primeiro, intitulado *A trajetória de Kinji Ikegami*, procuramos apresentar o personagem central desta pesquisa. Nesse histórico, observa-se pontos como sua origem, família, saída do Japão, chegada na Amazônia e seu dia-a-dia no Brasil. Com esses elementos, pode-se entender a perspectiva de Kinji Ikegami ao escrever suas cartas, um tipo de fonte que, segundo Ângela de Castro Gomes, não transmite “o que houve”, mas as impressões do imigrante a respeito dos acontecimentos presenciados por ele.

A partir dessas premissas, foi pensado o segundo tópico, nomeado de *A Segunda Guerra Mundial na visão de um imigrante japonês no Brasil*. Neste tópico observa-se as impressões de Kinji quanto à Guerra, especialmente em relação ao seu cotidiano, uma vez que o Japão se alinhava do lado da Alemanha e Itália, isso resultou em uma série de medidas austeras por parte do governo brasileiro contra imigrantes pertencente ao Eixo.

2. A TRAJETÓRIA DE KINJI IKEGAMI

Kinji Ikegami, segundo Antão Ikegami, nasceu em 19 de agosto de 1913, na Província de Aomori, no extremo norte de Honshu, a maior das ilhas do arquipélago japonês. Terceiro filho de 10 irmãos, seu pai foi um funcionário de prestígio do Posto de Fiscalização e Proteção da Floresta Nacional do Ministério da Agricultura e Floresta do Japão.¹²

Devido a problemas respiratórios que seu pai possuía, a região de Aomori, que é muito fria, tornou o trabalho no posto dificultoso. Assim, a família Ikegami teve que mudar-se para outra região com temperatura mais amena, sendo escolhida a cidade de Kumamoto, uma das

¹¹ LEVI, Giovanni. Usos da biografia In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e abusos da História oral*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 175.

¹² IKEGAMI, Antão Shinobu. Imigrantes pioneiros da Amazônia. 2000. p. 1. (Manuscrito. Arquivo pessoal do senhor Antão Shinobu Ikegami)

principais cidades da ilha de Kyushu (terceira maior ilha do arquipélago, localizado mais ao sul e de clima subtropical).¹³

Nessa nova localidade, Kinji Ikegami obteve seus estudos até ingressar, em 1932, juntamente com 120 colegas, na escola *Kotaku*, localizada em Tóquio. Um ano depois, mais precisamente 16 de abril de 1933, o jovem Kinji Ikegami partiu do porto de Yokohama no navio Montevidéu Maru com destino ao Brasil, este mesmo navio, segundo Marília Ferreira Emmi¹⁴, já tinha levado em outra ocasião a primeira leva de imigrantes japoneses que haviam desembarcado na cidade do Rio de Janeiro de onde seguiram para diversas regiões do Brasil.

De acordo com relato de Antão Shinobu Ikegami, no dia 31 de maio de 1933, após 45 dias de viagem, o jovem Kinji Ikegami aportou no Rio de Janeiro e, posteriormente, em 21 de junho de 1933, foi para o município de Parintins, estado do Amazonas. A Vila Amazônica, localidade de destino de Kinji, era onde se encontrava a sede da organização do Sr. Tsukasa Uyetsuka – chamada Empresa Industrial da Amazônia.¹⁵ O senhor Tsukasa Uyetsuka, segundo o jornal *Nikkei Shimbun*, foi membro do parlamento japonês, responsável por fundar o Instituto Industrial Amazônia¹⁶, instituto que tinha “o objetivo de desenvolver pesquisas para apoiar as atividades agrícolas”¹⁷. Sobre o plano de Uyetsuka, Marília Ferreira Emmi nos lembra que:

Consistia na introdução de 10 mil famílias de japoneses para a área selecionada obtida por concessão onde seriam desenvolvidas atividades agrícolas e extrativismo da madeira a ser exportada para o Japão. A área selecionada para sede do projeto foi a localidade de vila Batista, situada no município de Parintins, que em função do projeto passou a chamar-se Vila Amazônia.¹⁸

Vale ressaltar que a Vila Amazônica, de acordo com o jornal *Nikkei Shimbun*, foi a “principal região produtora de juta, fibra que sustentou a economia amazonense durante o período que precedeu à Segunda Guerra Mundial”.¹⁹ Essa atividade de juta foi exercida pelos

¹³ IKEGAMI, op. cit.

¹⁴ EMMI, Marília Ferreira. *Um Século de Imigrações Internacionais na Amazônia Brasileira: 1850 – 1950*. Belém: NAEA, 2013. p. 187.

¹⁵ IKEGAMI, op. cit.

¹⁶ JORNAL NIKKEY SHIMBUN. *Amazônia 1929 – 2009: 80 anos da imigração japonesa na Amazônia*. 1 ed. São Paulo: União Nikkey. 2012. p. 262.

¹⁷ OTI, Sakae. *História da juta na Amazônia*. Santarém, 1947. p.10. Mimeografado

¹⁸ EMMI, Marília Ferreira. *Um Século de Imigrações Internacionais na Amazônia Brasileira: 1850 – 1950*. Belém: NAEA, 2013. p. 192.

¹⁹ JORNAL NIKKEY SHIMBUN. *Amazônia 1929 – 2009: 80 anos da imigração japonesa na Amazônia*. 1 ed. São Paulo: União Nikkey. 2012. p. 40.

*Koutakusseis*²⁰, que eram estudantes na faixa dos 20 anos de idade, na sua maioria estudantes de agronomia, que vieram concluir o curso da Escola Superior de Colonização²¹. Além disso, Alfredo Kingo Oyama Homma nos chama atenção:

... para as peculiaridades da imigração japonesa que se iniciava em Parintins, a qual se diferenciava de outra qualquer experiência de imigração japonesa. Não era uma imigração de base familiar, mas predominante formada por jovens solteiros e recém-casados, que recebiam formação em práticas agrícolas, na Escola Superior de Colonização.²²

Esta primeira turma foi composta por 47 alunos, que após concluírem o primeiro ano de treinamento na *Kokushikan Koto Takushoku Gakko*²³, saíram de Yokohama a bordo do Santos Maru em 19 de abril de 1931, liderados por Sakae Oti – instrutor desde os tempos do curso secundário da Escola *Kokushikan*. Nesse grupo havia os membros da família Yoshioka, imigrantes da Companhia de Desenvolvimento Industrial da Amazônia (de Maués), assim como Ken-ichi Kinai e Shin-ichi Sato, graduados pela Faculdade de Agronomia de Tóquio. Os *koutakusseis* chegaram no Rio de Janeiro em 4 de junho de 1931, após dois dias eles embarcaram no navio Afonso Pena que aportou em Belém no dia 17 e no dia 20 de junho em Parintins. Depois desse ponto eles separam-se em barcos pequenos para desembarcarem na Vila Amazônia²⁴.

No livro *70 anos de imigração japonesa na Amazônia*, publicado pela Associação Pan-Amazônica Nipo-Brasileira, há informação de que essa turma da *Kokushikan* pertencia a famílias da classe média alta e, por isso, não tinham experiência com as atividades agrícolas, nem mesmo com os instrumentos mais básicos do cotidiano dos agricultores, como a enxada ou foice – fato que poderia ser um empecilho nas lides cotidianas no campo. Mas, segundo o mesmo livro, muitos desses jovens de classe média praticavam artes marciais (Judô e Karatê) o que lhes daria, em contraponto, a disciplina e determinação para enfrentar os desafios da Amazônia.²⁵

²⁰ De acordo com Tatsuo Ishizu, “Koutakusseis” significa imigrantes da “Escola Superior de Colonização”. KOUTAKU, Tatsuo Ishizu. *Imigração e ocupação na fronteira do Tapajós: os japoneses em Monte Alegre – 1926-1962*. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Pará, Belém. p. 132.

²¹ MUTO, Reiko. *O Japão na Amazônia: Condicionantes para fixação e mobilidade dos imigrantes japoneses (1929-2009)*. 2010. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento – Universidade Federal do Pará, Belém. p. 129.

²² HOMMA, Alfredo Kingo. Oyama; FREITAS, Marilene. Corrêa da Silva; FERREIRA, Aldenor da Silva. *Imigração japonesa na Amazônia: contribuição na agricultura e vínculo com o desenvolvimento regional*. Manaus: EDUA, 2011.

²³ Escola Superior de Colonização Kokushikan, atual Universidade Kokushikan.

²⁴ ASSOCIAÇÃO PAN-AMAZÔNICA NIPO-BRASILEIRA – APANB. *70 anos de imigração japonesa na Amazônia*. São Paulo, Topan Press, 2001. p. 205.

²⁵ ASSOCIAÇÃO PAN-AMAZÔNICA NIPO-BRASILEIRA – APANB. *70 anos de imigração japonesa na Amazônia*. São Paulo, Topan Press, 2001. p. 205.

Se a iniciação nas artes marciais, de fato, fez alguma diferença na predisposição dos jovens japoneses para o trabalho braçal, é algo impossível de se inferir, mas os registros Associação Pan-Amazônica Nipo-Brasileira dão conta de que os estudantes enfrentaram árduas empreitadas, como o trabalho de abertura de um terreno em uma floresta virgem, a dois quilômetros a leste da Vila Amazônia, e a limpeza de uma área de 50 hectares para plantar arroz, mandioca e guaraná.²⁶

Apesar de todos os esforços empreendidos pelos novatos, os resultados foram desanimadores, após concluído um ano de trabalho muitos *Koukakussei* chegaram à conclusão que a Amazônia não lhes daria o futuro esperado²⁷. Como menciona Reiko Muto em sua dissertação de mestrado, o superintendente do Instituto de Pesquisa de Produção da Amazônia, Kinroku Awazu, em correspondência ao seu superior no Japão, mostrou-se insatisfeito e expressou sua descrença em relação ao projeto de colonização da Amazônia²⁸, pois para ele os resultados negativos poderiam colocar em xeque o projeto de imigração japonesa para a região. Ocorre que o superintendente Tsukasa Uyetsuka, destinatário dos reclamos de Kinroku Awazu, era grande entusiasta do projeto de imigração japonesa no Brasil²⁹ e, por causa dessa insistência, a segunda turma dos *Koutakussei* veio para o Brasil, sendo formada por 53 graduados acompanhados de seus familiares em um total de 80 imigrantes.

O grupo chegou na Vila Amazônica em 3 de julho de 1932, porém, não receberam treinamento, pela ausência de instrutores que haviam deixado o local. O grupo de imigrantes acabou acreditando na tese pessimista de Awazu sobre Amazônia e passou a manifestar revolta contra a promessa de colonização na região defendida por Tsukasa Uyetsuka e Kotaro Tsuji³⁰. Essa situação de descontentamento motivou, até mesmo, um levante de estudantes que iniciaram um incêndio no alojamento, ocorrência descrita pela APANB como uma ação de “jovens embriagados”³¹, em um evidente esforço da Associação para justificar a indisciplina desses jovens que eram formados a partir de uma lógica educacional fortemente hierárquica.

²⁶ ASSOCIAÇÃO PAN-AMAZÔNICA NIPO-BRASILEIRA – APANB, op. cit, p.205.

²⁷ ASSOCIAÇÃO PAN-AMAZÔNICA NIPO-BRASILEIRA – APANB, op. cit, p. 205.

²⁸ MUTO, Reiko. *O Japão na Amazônia: Condicionantes para fixação e mobilidade dos imigrantes japoneses (1929-2009)*. 2010. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento – Universidade Federal do Pará, Belém. p. 135.

²⁹ ASSOCIAÇÃO PAN-AMAZÔNICA NIPO-BRASILEIRA – APANB, op. cit, p. 61.

³⁰ Tsuji foi o gestor da Companhia Produtora da Amazônia (Amazon Sangyo K.K), antes Instituto de Pesquisa de Produção. MUTO, Reiko. *O Japão na Amazônia: Condicionantes para fixação e mobilidade dos imigrantes japoneses (1929-2009)*. 2010. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento – Universidade Federal do Pará, Belém. p. 121.

³¹ ASSOCIAÇÃO PAN-AMAZÔNICA NIPO-BRASILEIRA – APANB. *70 anos de imigração japonesa na Amazônia*. São Paulo, Topan Press, 2001. p. 61.

Uma grande parte desses estudantes regressou para o Japão ou foi para o sul do Brasil. Outros tomaram como destino a cidade de Manaus em busca de emprego, mas lá, diante da dificuldade do idioma, só conseguiram desempenhar papel de varredores em prefeituras de cidades da região. Somente sete estudantes da segunda turma permaneceram na Vila Amazônia: Kyuichi Higashi, Masashi Minami, Masumi Kobayashi, Hiroshi Nomura, Satoshi Yamaguchi, Yoshiichi Takita e Kiyokatsu Kato³².

Uma terceira turma de 72 alunos da escola Superior de Colonização chegou à colônia modelo de Andirá, situada aproximadamente a 40 quilômetros ao longo da margem do Rio Ramos, em 1933. Este contingente foi o primeiro a trazer consigo suas famílias (total de 48 pessoas) para participar do projeto na Amazônia. Essa turma foi dispensada do treinamento, sendo encaminhados diretamente para produção de juta³³.

Por conta dos problemas que a companhia sofreu com as primeiras turmas, decidiu-se pela junção dos imigrantes remanescentes da 1ª e 2ª turma com a 3ª turma do *koutakusei*, direcionando-os para Colônia Modelo de Andirá, onde foi realizado efetivamente os trabalhos na Amazônia. Segundo Marília Ferreira Emmi:

A experiência da primeira turma da *koutakusei* foi permeada por dificuldades, motivadas pelos insucessos no cultivo de produtos agrícolas e na produção de juta. Este fato levou a que uma parte empreendesse migração de retorno ao Japão ou se dirigisse a outros estados.³⁴

Kinji Ikegami, de acordo com o relato de Antão Shinobu Ikegami, estava enquadrado na “3ª turma de imigrantes *Kotaku-sei*”³⁵; fato corroborado pelos próprios relatos de Kinji que registrou em carta o nome de alguns de seus colegas da “terceira turma, Tani, Odani e Kokai [...]”³⁶. Ainda segundo as palavras de Antão, após um ano, Kinji mudou-se para colônia, às margens do rio Uaicurapá, rio localizado no estado do Amazonas. Nesse lugar ele adquiriu um lote único, nas proximidades da praia de águas azuis, chamado de Tauaqueira, onde construiu a primeira casa de sua vida. Pouco tempo depois de estabelecido na região, recebeu a notícia de seus pais, que estavam no Japão, de que eles tinham encontrado uma moça para ser sua esposa. E sem o consentimento de Kinji, já haviam realizado o registro de casamento.³⁷

³² ASSOCIAÇÃO PAN-AMAZÔNICA NIPO-BRASILEIRA – APANB, op. cit, p. 61.

³³ ASSOCIAÇÃO PAN-AMAZÔNICA NIPO-BRASILEIRA – APANB, op. cit, p. 65.

³⁴ EMMI, Marília Ferreira. *Um Século de Imigrações Internacionais na Amazônia Brasileira: 1850 – 1950*. Belém: NAEA, 2013. p. 193.

³⁵ IKEGAMI, Antão Shinobu. *Imigrantes pioneiros da Amazônia*. 2000. p. 1. (Manuscrito. Arquivo pessoal do senhor Antão Shinobu Ikegami)

³⁶ IKEGAMI, Kinji. [Carta] 1 fev. 1945. p. 5.

³⁷ IKEGAMI, Antão Shinobu. *Imigrantes pioneiros da Amazônia*. 2000. p. 1. (Manuscrito. Arquivo pessoal do senhor Antão Shinobu Ikegami)

Nesse sentido, como salienta Maria Luiza Tucci Carneiro e Marcia Yumi Takeuchi, devemos ter a concepção que “os imigrantes japoneses vieram para o Brasil trazendo modos de agir e pensar, estilos de vida e práticas cotidianas radicalmente diferentes dos usos e costumes, hábitos e valores vigentes na sociedade receptora”.³⁸ Assim, o fato de um casamento arranjado, sem prévio conhecimento do senhor Ikegami, cabe nesse contexto cultural. Ainda vale ressaltar, seguindo as considerações dessas mesmas autoras, que dentro da rígida estrutura social da sociedade japonesa, havia como tradição a prática de regras de hereditariedade e de endogamia, isto é, casamento com indivíduos do mesmo grupo social.³⁹

Quanto a esse aspecto cultural, Reiko Muto ainda nos lembra que:

Em relação às esposas de encomenda, é interessante reportar que, naquela época, a maioria dos casamentos era arranjado por meio de fotografias (conhecidas como *shashin miai*), providenciado pelos membros das famílias do imigrante no Japão. Decidido quem seria a noiva, ela era registrada ainda no Japão como esposa, embora os nubentes nem se conhecessem pessoalmente. Então, a empresa de imigração as encaminhava para as colônias além-mar⁴⁰.

Além disso, segundo Jeffrey Lesser, para os imigrantes era relevante os casamentos endogâmicos, pois serviam como mecanismo de preservação da identidade, uma vez que permitia a perpetuação das memórias, tradições, costumes, hábitos e crenças.⁴¹

Dentro desse contexto, pode-se compreender a decisão dos pais de Kinji, na escolha de uma esposa do mesmo grupo social. E a esposa eleita por eles foi Teruo Nakayama, nascida em 16 de março de 1917, filha de Hajime e Hatsume Nakayama, agricultores da cidade de Yamaga, província de Kumamoto. Ela veio para o Brasil com a 5ª turma de *kotakusei*, juntamente com a irmã de Kinji, Teresa Sachiyo.⁴²

Desse modo, a família Ikegami no Brasil, constituída seguindo o princípio da endogamia, demonstra a resistência de práticas culturais dos imigrantes que, mesmo em um contínuo esforço de adaptação, guardavam certos referenciais de seus países de origem. No que se refere ao casamento endogâmico, Reiko Muto salienta que a união matrimonial de japoneses com outras etnias passou a ocorrer somente após a Segunda Guerra Mundial:

³⁸ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; TAKEUCHI, Marcia Yumi. *Imigrantes Japoneses no Brasil: Trajetória, Imaginário e Memória*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010. p. 13.

³⁹ CARNEIRO, op. cit, p. 13.

⁴⁰ MUTO, Reiko. *O Japão na Amazônia: Condicionantes para fixação e mobilidade dos imigrantes japoneses (1929-2009)*. 2010. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Universidade Federal do Pará, Belém. p. 136.

⁴¹ LESSER, Jeffrey. *A negociação da identidade nacional: imigrantes e minorias e a luta pela etnicidade no Brasil*. São Paulo: UNESP, 2001.

⁴² IKEGAMI, Antão Shinobu. *Imigrantes pioneiros da Amazônia*. 2000. p. 2. (Manuscrito. Arquivo pessoal do senhor Antão Shinobu Ikegami)

Como eles [os imigrantes japoneses] tiveram que se dispersar com o estopim da Segunda Guerra Mundial, houve uma maior integração com a comunidade local, inclusive com casamento de outras etnias, desmanchando-se completamente o pseudo “quisto étnico” que havia na vila Amazônia.⁴³

Os diferentes costumes matrimoniais representavam apenas uma ínfima parte dos desafios enfrentados pelos imigrantes japoneses no Brasil. Havia obstáculos que desafiavam cotidianamente a capacidade de adaptação desses imigrantes à realidade brasileira. Com Kinji Ikegami não foi diferente, a começar pela difícil adaptação com os alimentos que lhe estavam disponíveis na Amazônia brasileira. A esse respeito, vale lembrar as palavras de Michel de Certeau em seu livro *A invenção do cotidiano*: “cada hábito alimentar compõe um minúsculo cruzamento de histórias.”⁴⁴ Assim, é preciso considerar que ao aportar no Brasil, Kinji Ikegami trouxe consigo um conjunto de hábitos alimentares social e historicamente construídos em uma sociedade milenar como a japonesa. Daí o porquê de terem sido comuns os reclamos dos imigrantes japoneses, radicados no Brasil a esse respeito, como destaca Tomoo Handa:

[o imigrante japonês] passa o bacalhau seco ao fogo: porém, não o tendo deixado de molho para tirar o excesso de sal, acha-o extremamente salgado. A carne-seca, evita comê-la por achar que não se adaptará ao seu paladar, devido ao cheiro forte. Ou, melhor dizendo, deixa por vezes de comprar o que gostaria de comer para não aumentar as despesas.⁴⁵

Diante de novos sabores e aromas vistos como exóticos, os imigrantes japoneses recorriam a alimentos disponíveis que mais se aproximavam aos seus costumes. Tomoo Handa nos fala que refeição desses imigrantes consistia em arroz branco, *missoshiru* (sopa de missô) e vegetais em conserva.⁴⁶ Tomoo Handa chega a afirmar, até mesmo, que se não houvesse arroz no Brasil, seria difícil a adaptação dos japoneses no Brasil.⁴⁷

Quanto a Kinji, por estar em uma região que favorecia à pesca, devido aos caudalosos rios da bacia amazônica, a saída encontrada foi recorrer à carne de peixe, alimento nutritivo e que não causava tanta estranheza em seu paladar. O único problema nessa dieta assumida pelo imigrante Kinji estava na atividade da pesca, pois embora ele viesse de um país insular, sua

⁴³ MUTO, Reiko. *O Japão na Amazônia*: Condicionantes para fixação e mobilidade dos imigrantes japoneses (1929-2009). 2010. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento – Universidade Federal do Pará, Belém. p. 148.

⁴⁴ CERTEAU, Michel De. *A invenção do cotidiano*: morar cozinhar. V. 2. 4ª ed., tradução de Epharain Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Forense Universitária, 1996. p. 234.

⁴⁵ HANDA, Tomoo. *O imigrante Japonês*: História de sua vida no Brasil. São Paulo: EDITORA CENTRO DE ESTUDOS NIPO-BRASILEIROS, 1987. p. 80.

⁴⁶ HANDA, Tomoo. *O imigrante Japonês*: História de sua vida no Brasil. São Paulo: Editora Centro De Estudos Nipo-Brasileiros, 1987. p. 239

⁴⁷ HANDA, op. cit., p. 535

infância e juventude tinham sido vividas em uma região urbana do Japão na qual a prática da pesca não era algo corriqueiro. Mesmo assim, Kinji Ikegami, forçado pela situação, insistiu em aprimorar suas técnicas na busca pelos peixes da região e, conforme seus relatos anotados pelo seu filho Antão, enfrentou muitas dificuldades, como quando, devido ao susto de sua esposa pelo barulho provocado pelo peixe fígado, deixou o valioso alimento escapar e teve que contornar o imprevisto alimentando-se de jerimum, mamão verde e o sempre muito bem-vindo arroz.⁴⁸

A adaptação aos alimentos do Brasil não era, no entanto, a grande preocupação de Kinji, pois ele tinha de enfrentar sazonalidades que levavam a duros momentos de escassez na região. O fenômeno da vazante dos rios da Bacia do Amazonas representava, segundo os seus relatos, um desses momentos de preocupação com o sustento da família: “quando o nível de água está baixo, não se pode pescar à vontade e nesta terra onde quase inexistem verduras, a falta de peixe, a única fonte de alimentação, significa fome.”⁴⁹

Essa constante preocupação com alimento ajuda a explicar um aspecto muito interessante que se percebe nas cartas de Kinji: a adaptação a gêneros alimentícios que não eram costumeiramente consumidos em seu país de origem, como a carne bovina e o uso dos “miúdos” na culinária:

(...) é muito duro cuidar das vísceras [da carne bovina]. No entanto, seja qual for, nunca jogamos nenhuma víscera. O miolo e a língua são partes muito saborosas. O intestino grosso serve para fazer embutidos, enquanto que cozinhamos e comemos a bucha e o intestino delgado (...) dentre essas ‘comidas fora do vulgar’, o que mais gosto é o prato feito de planta do pé.⁵⁰

É certo que essa adaptação a pratos estranhos à cultura culinária japonesa era permeada por muitos estranhamentos, daí Kinji ter escrito em uma de suas cartas: “o que é saboroso no Japão não é consumido aqui e o que é saboroso aqui, não é se come no Japão. O mundo está cheio de cozinhas variadas, não é mesmo?”⁵¹

Apesar da adaptação ser difícil, Kinji tinha que exercer sua principal atividade agrícola, a produção de juta. É válido lembrar que a produção da valorizada fibra começou na Vila Amazônia (AM) e que com o seu sucesso no estado do Amazonas, o Governo do Pará procurou incentivar a cadeia de produção em diversas áreas do estado, uma política de fomento que tinha

⁴⁸ IKEGAMI, Antão Shinobu. Imigrantes pioneiros da Amazônia. 2000. p. 3. (Manuscrito. Arquivo pessoal do senhor Antão Shinobu Ikegami)

⁴⁹ IKEGAMI, Kinji. [Carta] 1 fev. 1945. p. 15

⁵⁰ IKEGAMI, Kinji. op.cit. p. 16

⁵¹ IKEGAMI, Kinji. [Carta] 1 fev. 1945. p. 16

como ponta de lança os *Kotakusseis* que eram conhecedores de todo o processo produtivo e de beneficiamento do vegetal.⁵² De acordo com Alfredo Kingo Oyama Homma, na obra *A imigração Japonesa na Amazônia*, “para analisar as possibilidades do Estado do Pará, os imigrantes Sakae Oti, Ishihara e Kinji Ikegami deslocaram-se para o Município de Breves⁵³, onde estabeleceram, em dezembro de 1938, o primeiro plantio experimental de juta no Estado do Pará.”⁵⁴

Como se vê na citação acima, o personagem principal deste estudo, foi um pioneiro do plantio e beneficiamento da juta no estado do Pará, tendo iniciado suas atividades, na região de Breves, à época, considerada uma região inóspita e muito perigosa pelos frequentes surtos de malária maligna⁵⁵, mal que acometeu, segundo Antão, o jovem desbravador Kinji.⁵⁶ Deve-se destacar que as doenças tropicais eram um fator que muito dificultava a adaptação de imigrantes no Brasil, chegando ao ponto de criar, podemos assim dizer, um imaginário de terror aos que em outros continentes recebiam as notícias dos surtos e seus efeitos, em muitos casos letais. Essa atmosfera de medo, segundo Kaori Kodama⁵⁷, a despeito do espírito aguerrido moldado pela rígida educação japonesa, não deixava de assombrar os imigrantes do Japão nas terras brasileiras. Os que vinham para a Amazônia, como destaca Reiko Muto, “sofriam mais do que os nativos devido à dieta pobre em proteínas que os deixavam mais vulneráveis à doença.”⁵⁸ Assim, não é de surpreender que Kinji, estando em uma área de risco acima dos padrões nacionais, tenham sucumbido à infecção na região de Breves.

Essa terrível enfermidade que acamou o protagonista deste estudo, também foi algo de inúmeros outros (inclusive compatriotas de Kinji). E apesar do risco de vida e diferentemente de tantos outros companheiros que morreram pelo terrível mal na cidade de Breves, Kinji recuperou-se sem sequelas da malária maligna. Por causa do grande índice dessa moléstia na região, tornou-se inviável a aplicação do projeto da juta. Com essa impossibilidade, a alternativa

⁵² IKEGAMI, Antão Shinobu. Imigrantes pioneiros da Amazônia. 2000. p. 4. (Manuscrito. Arquivo pessoal do senhor Antão Shinobu Ikegami)

⁵³ Município localizado ao sudoeste da Ilha do Marajó.

⁵⁴ HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. *A imigração Japonesa na Amazônia: sua contribuição ao desenvolvimento agrícola*. Brasília: EMBRAPA, 2016. p. 57.

⁵⁵ O termo é designado a malária por *Plasmodium falciparum*. Essa espécie é mais virulenta da malária, sendo responsável por formas graves da doença, podendo levar o hospedeiro a óbito. MIOTO, Leide Daiana; GALHARDI, Ligia Carla Faccin; AMARANTE, Marla Karine. *Aspectos parasitológicos e imunológicos da malária*. Biosaúde, Londrina, v. 14, n. 1, 2012.

⁵⁶ IKEGAMI, Antão Shinobu. op. cit., p. 4.

⁵⁷ KODAMA, Kaori; SÁ, Magali Romero. Saúde, imigração e circulação de conhecimentos: Japão e Brasil nas relações científicas do período entre-guerras. *Territórios e Fronteiras* (Online), v. 6, p. 140, 2013.

⁵⁸ MUTO, Reiko. *O Japão na Amazônia: Condicionantes para fixação e mobilidade dos imigrantes japoneses (1929-2009)*. 2010. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento – Universidade Federal do Pará, Belém. p. 164.

tomada pelos *Kotaku-sei*, a fim do cumprimento do contrato firmado com governo do Pará, foi a mudança dos trabalhos para uma área menos inóspita. Depois de analisarem muitos locais para possível substituição, em 1940, optaram pela cidade de Santarém, lugar que permitiu ascensão profissional de Kinji.

Mas antes dessa ascensão, Kinji primeiro estabeleceu-se na cidade de Santarém, local onde passou a desempenhar o trabalho de plantio e colheita da juta. Após esse período de labor braçal, ele assumiu o cargo de gerente da filial da Companhia Industrial da Amazônia (CIA).⁵⁹ Por meio deste cargo, segundo Antão, seu pai: “pode ter uma boa situação financeira e social.”⁶⁰ É importante ressaltar que esses acontecimentos da vida de Kinji ocorreram enquanto Segunda Guerra Mundial estava em curso, e como o Japão pertencia ao Eixo, os imigrantes japoneses eram alvo da vigilância das autoridades brasileiras. Contudo, como ressaltam Maria Luiza Tucci Carneiro e Marcia Yumi Takeuchi, o governo brasileiro não tinha uma postura punitiva até 1941, ano em que o Japão fez o ataque a Pearl Harbor e deflagrou a entrada dos Estados Unidos na Segunda Guerra, tornando a situação dos residentes japoneses naquele país extremamente complicada, pois o governo do Estados Unidos tomou medidas de repressão aos japoneses, como organização de campos de concentração tutelado pelo Estado⁶¹.

O Brasil, diante dessa situação, acabou sofrendo pressões dos Estados Unidos para tomar uma medida mais severa em relação aos imigrantes pertencentes ao Eixo. Logo, a situação favorável de Kinji e de outros imigrantes japoneses no Brasil naquela década iria mudar. Segundo Antão, essa mudança veio com: “[...] confisco de toda a Cia., inclusive o dinheiro de todos [os imigrantes japoneses]”⁶². O resultado dessa nova política do Estado brasileiro foi catastrófico para Kinji, pois de uma situação extremamente favorável financeiramente, ele num único lance “ficou sem nada, e sem emprego.”⁶³

⁵⁹ No relato de Antão Shinobu, ele coloca Empresa Industrial da Amazônia, mas em outras referências, recebe a nomenclatura de Companhia Industrial da Amazônia (CIA), para o responsável do projeto agrícola japonês na Amazônia. Relato de Antão Shinobu Ikegami. *Imigrantes pioneiros da Amazônia*. 2000. p. 4. (Manuscrito. Arquivo pessoal)

⁶⁰ IKEGAMI, Antão Shinobu. *Imigrantes pioneiros da Amazônia*. 2000. p. 4. (Manuscrito. Arquivo pessoal)

⁶¹ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; TAKEUCHI, Marcia Yumi. *Imigrantes Japoneses no Brasil: Trajetória, Imaginário e Memória*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010. p. 195-197.

⁶² IKEGAMI, Antão Shinobu. *Imigrantes pioneiros da Amazônia*. 2000. p. 4. (Manuscrito. Arquivo pessoal)

⁶³ IKEGAMI, Antão Shinobu. op. cit., p. 4.

3. A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL NA VISÃO DE UM IMIGRANTE JAPONÊS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

Em novembro de 1937, de acordo com Dulce Pandolfi, Getulio Vargas implantou um regime autoritário por meio de um golpe, dando origem ao período conhecido como Estado Novo. Este governo deu a Vargas poderes excepcionais, suspendeu a liberdade de civis, dissolveu o Parlamento, extinguiu os partidos políticos e transformou o comunismo em inimigo público número um do regime.⁶⁴

Apesar de impor um regime autoritário, associado à violência, segundo Pandolfi, o Estado Novo transformou o Brasil de um país basicamente agrário e exportador de matéria prima em uma nação urbana e industrial. Nesse período, as forças armadas se fortaleceram com intuito de serem as guardiãs da ordem, além de servir de principal suporte deste processo de industrialização.⁶⁵

Como apontado por Dulce Pandolfi, o regime autoritário de Vargas teve aspectos que trouxeram mudanças positivas para o Brasil, no entanto, foi marcado também por restrições civis e violência nas diversas formas possíveis. Dentre essas violências está uma associada ao nacionalismo exacerbado de seu governo, que resultou em políticas restritivas aos imigrantes. Nesse contexto, de acordo com Endrica Geraldo:

O governo de Vargas foi marcado pelo fortalecimento dos projetos de seleção e restrição direcionados ao ingresso de novos estrangeiros e pelo incremento de políticas de controle e repressão sobre trabalhadores imigrantes, especialmente aqueles que se concentravam em núcleos coloniais, acusados de serem de “difícil assimilação”. Após a Constituinte, Vargas criou a Comissão de Imigração, presidida por Oliveira Vianna, a qual acabou por sugerir a criação de um órgão que centralizasse o controle sobre a entrada de estrangeiros e também sobre a distribuição, fixação e assimilação dessas populações no território nacional. Essa proposta expressava a crença de que a centralização tornaria mais eficiente o controle e a fiscalização do processo imigratório e colonizador.⁶⁶

Maria Luiza Tucci Carneiro e Marcia Yumi Takeuchi destacam que “a ditadura estadonovista, caracterizada pelo autoritarismo e xenofobia, e a Segunda Guerra Mundial são acontecimentos que afetaram o cotidiano da comunidade japonesa e de seus descendentes radicados no país”⁶⁷. Como foi apontado anteriormente, o governo de Vargas teve uma

⁶⁴ PANDOLFI, Dulce. *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 10

⁶⁵ PANDOLFI, Dulce. op. cit., p.10.

⁶⁶ GERALDO, Endrica. O combate contra os "quistos étnicos": identidade, assimilação e política imigratória no Estado Novo. *Locus* (UFJF), v. 15, p. 171-187, 2009. p. 172-173.

⁶⁷ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; TAKEUCHI, Marcia Yumi. *Imigrantes Japoneses no Brasil: Trajetória, Imaginário e Memória*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010. p. 55

preocupação com a imigração, a ponto de criar decretos específicos aos imigrantes. Segundo Maria Luiza Tucci Carneiro e Marcia Yumi Takeuchi, esses decretos incluíam a proibição dos estrangeiros de desenvolverem atividades políticas e a obrigatoriedade, nas escolas primárias, do ensino das matérias em língua portuguesa e do estudo de geografia e história do Brasil.⁶⁸

Essa dura repressão aos imigrantes, de acordo com Tomoo Handa, colocava-os em uma situação de tensão por estarem entre a política nacionalista brasileira e a exaltação das características nacionais do Japão.⁶⁹ Ainda vale ressaltar que essas reprimendas implementadas em decreto, ocasionaram:

O fechamento de escolas e jornais japoneses. Para uma comunidade como a nipônica, basicamente instalada nas zonas rurais, a proibição do ensino aos seus filhos em idioma japonês, representava um prejuízo considerável, uma vez que estava espiritual e psicologicamente dependente da Pátria-mãe. A escola japonesa educava os descendentes sob os princípios da educação japonesa e transmitia os seus bens culturais: o culto aos antepassados, o respeito ao Imperador e ao chefe da família. Os jornais, por sua vez, tinham a função de conscientizar os japoneses sobre a existência de uma sociedade de conterrâneos, além de cumprirem o papel de noticiário dessa comunidade. Por meio deles, os japoneses se informavam sobre os acontecimentos locais e a situação no Japão, além da cotação dos produtos agrícolas.⁷⁰

É notório que a vida dos imigrantes japoneses no Brasil não foi fácil, além de passarem por dificuldades de adaptação, também foram submetidos à rígida política de imigração estabelecida no governo Vargas. Esses aspectos estão presentes nas cartas de Kinji, em que ele descreve algumas memórias de sua trajetória de vida. Sendo registros preciosos como fonte histórica, mas que, no entanto, possuem especificidades a serem levadas em conta como afirmou Ângela de Castro Gomes:

Os registros de memória dos indivíduos modernos são, de forma geral e por definição, subjetivos, fragmentados e ordinários como suas vidas. Seu valor, especialmente, como documento histórico, é identificado justamente nessas características, e também de qualidade decorrente de uma concepção de verdade, própria às sociedades individualistas. Sociedades que separam o espaço público do privado, a vida laica da religiosa, mas que em todos os casos, afirmam o triunfo do indivíduo como sujeito voltado para si, para sua razão e seus sentimentos.⁷¹

Sobre esse aspecto, vale citar um texto importante do autor Pierre Bourdieu, em que ele recomenda a utilização da noção de “trajetória” como forma de escapar à “ilusão biográfica”,

⁶⁸ CARNEIRO, op. cit., p. 55.

⁶⁹ HANDA, Tomoo. *O imigrante Japonês: História de sua vida no Brasil*. São Paulo: EDITORA CENTRO DE ESTUDOS NIPO-BRASILEIROS, 1987. p. 297.

⁷⁰ CARNEIRO, op. cit., p. 55.

⁷¹ GOMES, Ângela de Castro (Org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p.13.

ou seja, uma história que permita a inserção do sujeito no seu grupo social, e na diacronia dos acontecimentos, sem qualquer “cumplicidade” do pesquisador com o estranho ordenamento dos fatos que costumam caracterizar esses relatos. Bourdieu aponta os perigos desse tipo de escrita:

o relato, seja ele biográfico ou auto-biográfico, como do investigado que “se entrega” a um investigador, propõe acontecimentos que, sem terem se desenrolado sempre em sua estrita sucessão cronológica (...) tendem ou pretendem organizar-se em seqüências ordenadas segundo relações inteligíveis (...) Sem dúvida, cabe supor que o relato autobiográfico se baseia sempre, ou pelo menos em parte na preocupação de dar sentido, de tornar razoável, de extrair uma lógica ao mesmo tempo retrospectiva e prospectiva, uma consistência e uma constância, estabelecendo relações inteligíveis, como a do efeito à causa eficiente ou final, entre os estados sucessivos, assim construído em etapas de um desenvolvimento necessário.⁷²

As palavras desses autores, não invalidam os materiais como fonte de estudo, mas advertem para os cuidados na interpretação de seus conteúdos, pois como nos mostrou Carlo Ginzburg: “não há textos neutros; até mesmo um inventário notarial implica um código, que tem de ser decifrado.”⁷³

Desse modo, mesmo que fragmentárias e subjetivas, porque marcadas pelo calor dos acontecimentos, as memórias de Kinji, salvaguardadas nas suas missivas, revelam-se uma fonte potencial para a compreensão da visão de um homem “comum” que não só estava inserido naquele conturbado contexto histórico da Segunda Guerra Mundial, mas que era um ator social que, situado na Amazônia brasileira, sentia diretamente os efeitos da conflagração mundial e buscava meios de resistir às perseguições que ameaçavam a si e a sua família. Nesse sentido, não é demais lembrar o quanto os relatos desses homens e mulheres ditos “ordinários” são reveladores dos processos históricos, pois nos apresentam uma “história vista de baixo”, como na célebre formulação de Jim Sharpe.⁷⁴

Nas cartas de Kinji, pode-se perceber a situação de tensão que ganhou escala mundial após o ataque das forças japonesas a uma base militar norte-americana no Hawaii. Como uma potência à época em franca expansão, a possível adesão dos Estados Unidos à guerra, depois de longo período de neutralidade, representava um novo estágio do conflito mundial. Kinji, que como imigrante estava distante das zonas conflagradas, demonstrava preocupação com os patrícios que estavam em solo japonês, já que o império acabava de ganhar um inimigo belicamente poderoso:

⁷² BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta de M. (orgs.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, p. 184, 1996.

⁷³ GINZBURG, Carlo. *A Micro-História e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1989. p. 209

⁷⁴ SHARPE, Jim. A História vista de baixo In: BURKE, Peter (org.). *A Escrita da História: novas perspectivas*, 2ª ed. São Paulo, Editora da UNESP, p. 54-55, 1992.

Os jornais daqui noticiavam intensamente acerca da possibilidade de uma guerra nipo-norte-americana, mas a postura do Japão parecia manter a intenção de continuar com as conversações. No entanto, de repente (pareceu-me realmente de repente) soube, através dos conhecidos, que a rádio tinha noticiado sobre o ataque da marinha japonesa ao Hawaii e soube que o Japão havia chegado, finalmente, ao fim da paciência que há muito tempo vinha mantendo. Na cidade, de japonês só havia a nossa família. Aliás, havia mais um japonês: o colega Tani, da terceira turma, encontrava-se na cidade porque sua mulher estava internada em hospital. E nós, que não tínhamos acesso a jornais nem podíamos comprar um rádio, não sabíamos o que fazer. Assim, fui a um bar (do alemão) da cidade para mexer no aparelho de rádio, instalado para fregueses desse bar. Imaginem vocês a alegria que senti quando consegui, finalmente, captar a transmissão da rádio japonesa para o exterior. Imaginem, por favor, a minha emoção quando, após 8 anos e ainda por cima num momento tão extraordinário, a voz do Japão! Nem me preocupei com incômodo que podia estar causando aos fregueses que se encontravam lá.⁷⁵

A informação que Kinji obteve nessa situação, foi o ataque a base Naval de Pearl Harbour, em 7 de dezembro de 1941. Sobre esse acontecimento, Eric Hobsbawm ressalta que esse ataque era inevitável, uma vez que os Estados Unidos ameaçavam os japoneses de estabelecer um poderoso império econômico na região do Leste-Asiático.⁷⁶ Dentro desse contexto, os imigrantes japoneses em todo mundo, passaram a ser visto com suspeita. No Brasil, de acordo com Maria Luiza Tucci Carneiro e Marcia Yumi Takeuchi, foram adotadas:

Medidas visando os “Súditos do Eixo”. O decreto-lei n. 3.911 de 12 de dezembro de 1941, determinava que as transações financeiras de empresas dirigidas por japoneses, italianos e alemães só poderiam ser realizadas mediante autorização prévia do Banco do Brasil. Em fevereiro de 1942, os bens de estrangeiros pertencentes às nações inimigas foram congelados. O Decreto-lei n. 4166 de março de 1942 previa o ressarcimento por danos de guerra, ou seja, os bens dos “Súditos do Eixo”, pessoas física e jurídica, passavam a responder por prejuízos sofridos pelo Brasil em caso de ataques praticados por seus países. Como garantia para o pagamento, instituiu-se que um percentual de todas as contas bancárias superiores a dois contos de réis deveria ser transferido para o Banco do Brasil.⁷⁷

A situação dos imigrantes do “Eixo” agravou ainda mais, pois de acordo com Maria Luiza Tucci Carneiro e Marcia Yumi Takeuchi, foi imposto também a restrição de locomoção, em que só era permitido deixar temporariamente os municípios de origem por meio de salvo-conduto e requerimento à Polícia Política para os que necessitavam transferir de residência.⁷⁸

⁷⁵ IKEGAMI, Kinji. [Carta] 1 fev. 1945. p. 2.

⁷⁶ HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos: O breve século XX 1914-1991*. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 48.

⁷⁷ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; TAKEUCHI, Marcia Yumi. *Imigrantes Japoneses no Brasil: Trajetória, Imaginário e Memória*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010. p. 56.

⁷⁸ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; TAKEUCHI, Marcia Yumi. *Imigrantes Japoneses no Brasil: Trajetória, Imaginário e Memória*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010. p. 57.

Esse clima de tensão, proveniente do posicionamento do Brasil contra os “Súditos do Eixo”, agregado às notícias de deflagração da guerra nipo-americana, prejudicou o convívio social dos imigrantes japoneses em muitas partes do Brasil. Maria Luiza Tucci Carneiro e Marcia Yumi Takeuchi, ressaltam que esses imigrantes “se converteram em alvo de violência psicológicas e físicas, tais como ataques às suas residências e estabelecimentos comerciais, saques, prisões, extorsões por parte da polícia, além da referência pejorativa e acusatória de “quinta coluna”⁷⁹. Sendo assim, as missivas de um imigrante “comum”, alocado na região amazônica, trazem as memórias daquele momento de truculência em que se encontrava o país. Nessas cartas é possível observar o comportamento das pessoas da localidade, como ele fala:

De repente a cidade de Santarém passou a notar a presença de japoneses e o sentimento dos cidadãos (com relação aos japoneses) também mudou muito, e começou a tratar-nos de modo um tanto frio. Antes disso, habitantes de cidades de várias regiões, excitados com a notícia de deflagração da guerra nipo-americana, tinham promovido passeatas contra os países do Eixo, e não eram poucos os locais onde houve casos de agressões feitas contra os japoneses, alemães e italianos. Só que esta cidade de Santarém mantinha-se relativamente calma.⁸⁰

Nesse trecho, observa-se a mudança de comportamento dos cidadãos de Santarém para com os imigrantes japoneses, embora não tenha havido relatos de agressões e depredação de patrimônio – como foi expresso pelas autoras acima citadas – vê-se que houve uma mudança no convívio dos santarenos com os imigrantes que residiam na região.

Mesmo que em Santarém não houvesse uma inclinação de hostilidade desabrida em relação aos imigrantes japoneses, contrariamente ao que se via em muitas outras regiões do Brasil, o clima era sempre de muita tensão para Kinji, pois a situação de relativa calma poderia mudar rapidamente, a depender das notícias que chegassem dos campos de batalha. Além disso, as informações que vinham de outras regiões do estado do Pará davam conta de que a agressividade, não só aos japoneses, mas também aos italianos, era crescente, dando a impressão que era questão de tempo para que a violência também recrudescesse em Santarém. E o medo tomou conta desses imigrantes, sendo perceptível essa situação no fragmento da carta de Kinji, em que ele relata que:

⁷⁹ CARNEIRO, op. cit., p 129. O termo quinta coluna surgiu na Espanha à época da Revolução Espanhola para referir-se à existência de um quinto exército formado por nacionais que estariam na retaguarda lutando a favor de Franco através de atos de sabotagem, boatos ou espionagem. Essa denominação também passou a ser usada no Brasil contra os brasileiros que foram acusados de ter simpatias pelos eixistas, ou no caso aos imigrantes japoneses. Nesse sentido, a quinta coluna passa a ser mais um inimigo incorporado à lista de traidores da pátria. CORDEIRO, Philonila Maria Nogueira. *Ascensão das ideias nazistas em Pernambuco: A quinta coluna em ação: 1939-1945*. 2005. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Recife. p. 13.

⁸⁰ IKEGAMI, Kinji. [Carta] 1 fev. 1945. p. 3.

Essa situação parecia-me piorar gradualmente e comecei a ficar preocupado. Vi, de acordo com jornais que em vários lugares japoneses, alemães e italianos estavam sendo presos ou tinham suas casas vasculhadas por suspeita de espionagem. Eu também comecei a queimar mapas e descartar coisas que pudessem levantar alguma suspeita de espionagem.⁸¹

Quanto à suspeita de espionagem por parte dos japoneses, Maria Luiza Tucci Carneiro e Marcia Yumi Takeuchi ressaltam que, “a polícia enquadrava os chamados “Súditos do Eixo”, em especial os japoneses, pois acreditava que eles formavam bases de assalto para o ataque ao país – a chamada “quinta-coluna”⁸². Assim, qualquer ação “suspeita” realizada pelos imigrantes do Eixo, era passível de repreensão. Neste sentido, Kinji cita:

um jornal de Belém noticiou que um espião japonês havia sido preso e publicou uma fotografia mostrando as provas disso. É até tolerável que o artigo mostre uma medalha ganha num concurso de oratória como se fosse uma condecoração militar, mas fico boquiaberto ao ler a explicação colocada junto a foto de um “kakejiku” (rolo de papel com caligrafia ou pintura, para fins de decoração) que colocamos no “tokonoma” (nicho de uma sala em estilo japonês, destinado a colocar objetos de arte), como se esse “kakejiku” fosse um panfleto de propaganda dos espíões... De qualquer forma, se vale o ditado “quem faz um cesto faz um cento”, tudo pode acontecer, de modo que tomei muito cuidado. Felizmente, a polícia daqui não chegou a esse ponto. Até os dias de hoje não vieram fazer qualquer busca domiciliar e estou até arrependido de ter queimado os mapas.⁸³

Essa ação repressiva da polícia não foi um caso isolado, segundo Maria Luiza Tucci Carneiro e Marcia Yumi Takeuchi, há vários prontuários policiais pertencentes aos nipônicos no período da Segunda Guerra Mundial, que se referem a prisões por uso do idioma em público; manutenção de escolas clandestinas; solicitações de salvo-conduto e transferência de residência; apreensões de documentos, livros, rádios e fotografias⁸⁴. Neste sentido, a fala de Kinji, no trecho acima, exemplifica como as autoridades viam os japoneses.

Com esse olhar de desconfiança das autoridades sobre os imigrantes japoneses, o governo também tomou outras medidas restritivas relacionada às suas correspondências. Como foi dito, qualquer documento em idioma japonês era suspeito aos olhos do governo, assim, a fim de manter a “segurança nacional”, o governo exigiu que os indivíduos que eram considerados suspeitos pela ascendência japonesa, adotassem a escrita de suas missivas em idioma português e que no ato de postagem levassem os envelopes das cartas abertos, para

⁸¹ IKEGAMI, Kinji. [Carta] 1 fev. 1945. p. 4

⁸² CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; TAKEUCHI, Marcia Yumi. *Imigrantes Japoneses no Brasil: Trajetória, Imaginário e Memória*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010. p 129.

⁸³ IKEGAMI, Kinji. op. cit., p. 4

⁸⁴ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; TAKEUCHI, Marcia Yumi. *Imigrantes Japoneses no Brasil: Trajetória, Imaginário e Memória*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010. p 58-59.

eventuais fiscalizações. Além disso, o descaso com entrega dessas cartas passou a ser frequente, como relata Kinji:

[...]a correspondência começou a falhar. Eu cobrava (a resposta) duas vezes por semana, via aérea, mas não havia nenhuma ação. Na verdade, já a partir daquela época, começava a haver censura na correspondência: as cartas precisavam ser escritas em português e colocadas em envelopes abertas. Mesmo assim, passavam por censura em Parintins.⁸⁵

Essas ações do governo contra os imigrantes japoneses trouxeram grande complicações à vida desses imigrantes. Além das restrições impostas pelo governo, tinham que lidar com a sua subsistência na Amazônia que, como foi mostrando no tópico anterior, era difícil devido a vários fatores. Assim, para além das preocupações de um futuro incerto por conta das políticas varguistas, os colonos japoneses presentes na região amazônica pensavam como realizariam o plantio no período adequado ao cultivo no solo amazônico. À preocupação cotidiana com o sustento da família adicionava-se a apreensão com os rumos dos acontecimentos da Segunda Guerra Mundial, que impactava diretamente a situação dos imigrantes no Brasil. Era uma condição, como se vê, de muita instabilidade para essas famílias.

No caso de Kinji, o problema estava na dificuldade de financiamento para as atividades agrícolas, pois como imigrante japonês, ele estava enquadrado nos dois decretos 4.166 e 3.911. Este determinava que todas as transações financeiras de empresas gerenciadas por imigrantes de ascendência japonesa, italiana ou alemã, deveriam ser realizadas somente por autorização prévia do Banco do Brasil. Aquele previa que os bens dos “Súditos do Eixo” fossem utilizados como ressarcimento por possível prejuízo sofrido ao Brasil, em caso de ataque praticado pelos países do “Eixo”. Em seus relatos Kinji demonstra muita preocupação com essas limitações de crédito e de retenção de recursos: “enquanto me preocupava com tantas coisas, fiquei esperando a chegada da época para me instalar na roça. A essa altura, o problema era o recurso financeiro para o custeio de plantação”⁸⁶.

Nesse contexto, Kinji foi obrigado, segundo Antão Shinobu Ikegami, “a ter que recomeçar”⁸⁷ e esse recomeço se deu nas proximidades de Santarém, numa região de várzea chamada de Cabeça D’Onça.⁸⁸ Devido à locomoção frequente para essa localidade, possibilitou que Kinji conhecesse outra região que se localizava próximo da Cabeça D’Onça, esse vilarejo

⁸⁵ IKEGAMI, Kinji. [Carta] 1 fev. 1945. p. 5.

⁸⁶ IKEGAMI, Kinji. [Carta] 1 fev. 1945. p. 4

⁸⁷ IKEGAMI, Antão Shinobu. Imigrantes pioneiros da Amazônia. 2000. p. 4. (Manuscrito. Arquivo pessoal)

⁸⁸ IKEGAMI, Antão Shinobu. op. cit., p. 5.

vizinho chamava-se Aritapera, onde ele construiu várias amizades, inclusive com a família Lisboa.

Essa família foi importante para Kinji, uma vez que estabeleceu-se a relação de compadrio entre as famílias. Segundo Isabel Teresa Creão Augusto, este tipo de afinidade “era um evento que firmava laços de amizade e dependência entre indivíduos que poderiam ser determinantes para o desenvolvimento de suas futuras redes de relações pessoais.”⁸⁹ Essa relação característica da religião católica afetou os imigrantes deste estudo, pois eles, que vinham de outra matriz religiosa, tiveram que adaptar-se aos costumes do Brasil. Este fato ocorreu segundo Antão Ikegami, depois de um período “residindo em Aritapera, todos nós fomos a Santarém para sermos batizados e crismados, quanto papai e mamãe receberam os nomes católicos de Luiz e Inês e casaram-se na religião Católica.”⁹⁰

A partir desse aspecto, André Luis Soares e Tomoko Kimura Gaudioso ressaltam que “a conversão ao catolicismo deve ser observada com cautela, uma vez que diversos fatores, sociais e culturais mesclam-se na autodefinição religiosa feita pelos imigrantes”⁹¹. Sendo assim, Ronan Alves Pereira nos lembra que:

Muitos imigrantes (sobretudo depois da segunda geração) tornaram-se cristãos, mas isso interpretado por Takashi Maeyama e Hirochika Nakamaki como adaptação ou acomodação social ao meio brasileiro. Ou seja, para não ter problemas com a vizinhança ou na escola, muitos japoneses permitiam o batismo de suas crianças, sendo que os padrinhos eram brasileiros não-descendentes.⁹²

Nesse sentido, compreende-se a decisão da família Ikegami, imigrantes de um país insular e tradicional, com cultura e religiosidade diferente do Brasil, pela conversão ao cristianismo, no ano de 1944. O motivo principal era o desconforto desses japoneses com o tratamento diferenciado dado pelos habitantes da região Amazônica aos não cristãos. Sendo assim, a família buscou formas de evitar possíveis discriminações, além de preservar o bom convívio entre os moradores do Aritapera, localizada na Amazônia. Essa situação, é descrita por Kinji, da seguinte forma:

⁸⁹ AUGUSTO, Isabel Teresa Creão. Família e relações de compadrio em Belém, século XIX. In: XXIII Simpósio Nacional de História - História: Guerra e Paz, 2005, Londrina. *Anais do XXIII Simpósio Nacional de História*, 2005. p. 6.

⁹⁰ IKEGAMI, Antão Shinobu. op. cit., p. 5.

⁹¹ SOARES, André Luis R.; GAUDIOSOS, Tomoko Kimura. *Entre o Japão e o Brasil: religiosidade e diálogos culturais entre os imigrantes japoneses em Santa Maria, RS*. p. 3 Disponível em <<http://jararaca.ufsm.br/websites/nep/download/TExtos/AIII.pdf>>. Acesso em: 31 maio. 2017.

⁹² PEREIRA, Ronan Alves. *Religiões Japonesas no Brasil: Identidade e mudança socio-cultural*. In: II Encontro Nacional de Professores Universitários de Língua, Literatura e Cultura Japonesa, 1991, São Paulo. *Anais do II Encontro Nacional de Professores Universitários de Língua, Literatura e Cultura Japonesa*. São Paulo: Centro de Estudos Japoneses da Universidade de São Paulo, 1991. p. 165-169

Diferentemente do Japão, a religiosidade nesta terra é muito profunda. O pessoal daqui até tem o hábito não querer dispensar um tratamento digno aos não-batizados. Assim, como as crianças pareciam sentir-se segregadas, por isso, decidi realiza-lo. Nessa ocasião, meio forçados por conhecidos, eu e minha mulher também nos vimos obrigados a receber o batismo e por isso até tivemos de realizar o nosso casamento. Sentimo-nos um tanto embaraçados e envergonhados, pois estávamos realizando, de novo, nos casando 9 anos depois do casamento. Como tinha confiado toda providência aos cuidados desse conhecido meu, ele tomou conta de tudo muito bem, mas pesou muito no meu bolso a despesa de quase 300 ienes para festa e outras coisas. No entanto, graças a isso, passamos a ter relacionamento de parentes com os padrinhos das crianças. Da mesma forma, como o meu padrinho era um português presidente da maior empresa comercial de Santarém, ficou muito mais fácil para obter empréstimos de capital para o plantio da juta e outras coisas.⁹³

A partir do ponto de vista de Kinji, a mudança de religião deu-se por uma questão social, em que certa medida foi constrangedora, segundo ele, pois inicialmente objetivava o bom convívio dos seus filhos no âmbito escolar, mas a conversão acabou se estendendo a ele e sua esposa devido à pressão de pessoas próximas à família. Essa situação, apesar de forçada, não trouxe desvantagens para Kinji, pois segundo ele relata: “por termos abraçado a religião cristã, obtivemos várias facilidades.”⁹⁴ Dentre essas vantagens, destaca-se a mudança “[...]do pessoal da vizinhança quando nos encara.”⁹⁵ Além disso, como descrito acima, surgiu oportunidades para cultivo da juta, já que o seu “padrinho era um português presidente da maior empresa comercial de Santarém”⁹⁶, tendo alguém influente apadrinhando, seria “fácil para obter empréstimos de capital para o plantio da juta.”⁹⁷

As questões do cotidiano, seja ela o bom convívio com os habitantes da localidade de Aritapera, ou plantio da juta, permeavam a mente desse o homem, de origem japonesa. Essa ascendência também trouxe outras preocupações, pois o período em que Kinji estava no Brasil, correspondeu ao período que a Segunda Guerra Mundial ocorreu. Devido ao seu país ter pertencido ao Eixo, era presente nas suas cartas informações sobre o conflito, como quando “Tokyo foi bombardeada intensamente nos dias 25 e 26 de maio (1945).”⁹⁸ É importante ressaltar que essas notícias obtidas em jornais lhe causavam dúvidas sobre a veracidade dos fatos, fazendo com que os imigrantes japoneses desconfiassem de qualquer informação sobre a guerra. Essa dúvida quanto às notícias refletiu-se numa fala dele, em que cita: “Parece verdadeiro o fato de a Marinha Norte-Americana já ter o domínio sobre o mar na área de Okinawa”. Vê-

⁹³ IKEGAMI, Kinji. [Carta] 1 fev. 1945. p. 12.

⁹⁴ IKEGAMI, Kinji. op.cit., p.12.

⁹⁵ IKEGAMI, Kinji. op.cit. , p.12.

⁹⁶ IKEGAMI, Kinji. op.cit. , p.12.

⁹⁷ IKEGAMI, Kinji. op.cit. , p.12.

⁹⁸ IKEGAMI, Kinji. [Carta] 1 fev. 1945. p. 23.

se nas palavras “parece verdadeiro” utilizadas na carta que Kinji, que havia certa descrença a respeito do que foi noticiado.

Essas perturbações sobre a guerra, só viriam a originar em Kinji um profundo desapontamento, pois em agosto de 1945 houve a “rendição incondicional”⁹⁹ do Súditos do Eixo, o que explicaria desânimo de Kinji. Esse fato abalou-o a ponto de interromper a frequência da escrita de suas missivas, ele ressalta essa quebra de fluxo da seguinte forma: “é verdade que estes últimos 5 meses, mal tive tempo de folga para escrever cartas, mas se deve mais ao fato de eu ter perdido, de repente, o entusiasmo em escrever cartas, desde que soube da rendição do Japão! Que notícia triste!”¹⁰⁰. Isso representava para ele dificuldades que viriam pós-guerra para seus patrícios e parentes residentes no Japão. O sentimento de tristeza por conta dessa situação estendeu-se também para o seu trabalho, segundo Kinji, “mesmo depois que retornei à plantação fiquei sem vontade de trabalhar, de modo que passei alguns dias sem nada fazer.”¹⁰¹

Em meio ao turbilhão de acontecimentos que afetaram o ânimo de Kinji, estava a preocupação com seus pais que residiam no Japão, uma vez que a situação pós-rendição desfavorecia seu país. As penas impostas seriam enormes, implicando na mudança da política e na perda, por parte do Japão, de suas possessões ultramarinas. Logo, o desemprego e cortes na economia impactariam aquela nação e, por conseguinte, a família Ikegami residente naquele arquipélago. Kinji expressa em carta a angustia por aquela situação, da seguinte forma:

“[...]estou pensando na possibilidade de ser cancelado o pagamento da aposentadoria que o senhor meu pai recebia, por causa das grandes mudanças políticas ocorridas em função da derrota japonesa. Se isso acontecer, o senhor perderá sua renda. E como vai sobreviver de agora em diante? Se fosse nos tempos normais, não haveria nenhum motivo de preocupação, pois Tomohisa já é um adulto, mas além de desaparecer o impulso econômico causado pela guerra, o Japão perdeu suas possessões ultramarinas, de modo que será inevitável uma recessão terrível e penso que, neste caso, haverá uma extrema dificuldade em conseguir empregos[...]”

O medo de seus parentes no Japão passarem por necessidades, devido às sanções impostas pelos países aliados, fez Kinji pensar como solução “chamar todos”¹⁰² para virem morar no Brasil junto com ele, bastando em sua concepção: “[...]arranjar, da minha parte, os meios para custear as passagens e encontrar um navio, não haverá nenhum problema quanto à

⁹⁹ HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos: O breve século XX 1914-1991*. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 49.

¹⁰⁰ IKEGAMI, Kinji. op.cit., p. 26.

¹⁰¹ IKEGAMI, Kinji. op.cit., p. 26.

¹⁰² IKEGAMI, Kinji. [Carta] 1 fev. 1945. p. 28.

vida nesta terra.”¹⁰³ Essa perspectiva apesar de ser apenas uma especulação, em certo grau alarmante, também trazia para o imigrante uma visão positiva, pois de acordo com suas palavras: “seria até uma grande ajuda para mim.”¹⁰⁴ Apesar das vantagens que essa proposta traria para ambos os lados, por livrar os seus parentes dos ardores do pós-guerra no Japão, acrescentando mão de obra para as atividades agrícolas de Kinji na Amazônia, nas cartas observa-se que essa migração nunca se concretizou, ficando somente a vontade do senhor Ikegami de um: “reencontro com todos”¹⁰⁵ os seus parentes que permaneciam no Japão.

Durante a espera por este reencontro, Kinji e sua família, segundo Antão Shinobu, com o término da guerra, mudaram-se para cidade de Alenquer, na localidade Santa Bárbara, no lago do Remanso.¹⁰⁶ Essa região, foi a morada desses imigrantes por muitos anos antes de decidirem mudar para Belém, em 1988, pois o assombro da falta de recursos médicos naquele local pairava na mente deles. Devido a isso, o protagonista dessa pesquisa e sua esposa, escolheram como sua morada final a capital do estado paraense, onde poderia ter a assistência hospitalar adequada, dada a condição física em que se encontravam diante dos longos anos na Amazônia.¹⁰⁷

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No quadro atual de pesquisas sobre fluxos imigratórios para o Brasil, a imigração japonesa tem concentrado parte significativa da produção acadêmica. Ocorre que, a maior parte desses estudos, privilegiam em seus recortes espaciais as regiões do Sul e Sudeste do país, o que é um problema que precisa ser superado em termos de análise histórica, se considerarmos que os imigrantes japoneses se espalharam pelas diversas regiões do país, inclusive naquelas que poderiam lhes parecer, por suas características naturais, menos atraentes, como é o caso da região amazônica.

No decorrer deste trabalho pudemos evidenciar os muitos percalços enfrentados pelos os que se dispunham a deixar seus países de origem em busca de uma vida melhor em outros continentes. O caso do imigrante Kinji Ikegami é exemplar sobre essa questão, pois como vimos, ele foi um aluno da terceira turma da Escola Superior de Colonização *Kokushikan* e veio para Amazônia para exercer atividades agrícolas e extrativistas, em especial o cultivo da juta. Como

¹⁰³ IKEGAMI, Kinji. op.cit.,p. 28.

¹⁰⁴ IKEGAMI, Kinji. op.cit.,p. 28.

¹⁰⁵ IKEGAMI, Kinji. op.cit.,p.44.

¹⁰⁶ IKEGAMI, Antão Shinobu. Imigrantes pioneiros da Amazônia. 2000. p. 6. (Manuscrito. Arquivo pessoal)

¹⁰⁷ IKEGAMI, Antão Shinobu. op. cit., p. 7.

se viu, a Amazônia era uma região de difícil adaptação, ainda mais para imigrantes de uma realidade tão distinta, como no caso do Japão.

Dentre as dificuldades de adaptação estava a alimentação, pois apesar desse lugar possuir uma vasta riqueza de sustento providos dos caudalosos rios, faltava-lhe o conhecimento sobre as técnicas de pesca apropriadas para os peixes da região. Além dessa dificuldade, havia as doenças tropicais, grande temor dos imigrantes que se decidiam pela Amazônia, já que muitos deles padeceram dessas enfermidades. Nesse sentido, como vimos, Kinji sofreu de uma enfermidade grave, chamada *malária maligna*, quando se mudou para o município de Breves, localidade à época inóspita, com altas incidências dessa moléstia. Apesar desse mal ter acometido o personagem desse estudo, ele sobreviveu sem nenhuma seqüela, mas dada a impossibilidade de continuar os trabalhos no lugar, esse japonês foi forçado a mudar-se para cidade de Santarém.

Outro ponto que tem sido uma preocupação da historiografia é o impacto das políticas do Estado Novo na vida dos imigrantes oriundos dos países do Eixo. Como dito acima, Kinji mudou-se para cidade de Santarém e, depois de um tempo trabalhando diretamente com o cultivo da juta, ele ascendeu ao cargo de gerente, o que possibilitou uma condição financeira melhor para os padrões da época. No entanto, devido às medidas do governo, que congelavam e confiscavam os bens dos imigrantes do Eixo, Kinji viu sua ascensão dar lugar ao declínio, pois essas leis causaram a perda do seu dinheiro e também do seu emprego.

Em face dessa situação, Kinji foi forçado pelas circunstâncias a mudar-se para região de várzea chamada Cabeça D' Onça, mas posteriormente estabeleceu-se na vila do Aritapera, onde criou a relação de compadrio com a família Lisboa. E apesar de seu domicílio mudar, continuou indo e vindo de Santarém, por conta da educação de seus filhos. Nesta cidade os habitantes, por conta do contexto da época, tratavam-no e aos outros imigrantes japoneses de forma fria, ressaltando-se que, diferente de outras regiões onde existiram conflitos, em Santarém não há registro de hostilidades.

No entanto, a calma poderia acabar num instante, dependendo das notícias. Além disso, elas preocupavam Kinji, pois os jornais da época contribuía para formar um imaginário em que os imigrantes oriundos dos países do Eixo seriam potenciais espiões, com intuito de atacar o território nacional. Esse clima de desconfiança resultou na regulamentação das correspondências desses indivíduos, que foram obrigados a escrevê-las no idioma português e manter os envelopes abertos.

Essa situação perdurou por muito tempo, até que, em agosto de 1945, o Japão se rendeu, culminando no desânimo de Kinji para continuar a escrever as cartas e de realizar qualquer

outra atividade. Isso devido à preocupação dele com seus parentes que residiam no Japão, pois aquele país sofreria duras sanções no pós-guerra, implicando uma vida difícil para seus habitantes e conseqüentemente a seus familiares.

Sendo assim, a história desse imigrante chamado Kinji Ikegami, que chegou no Brasil durante a década 1930, e cuja as vivências na Amazônia ele expressou em cartas, mostrou-se uma fonte histórica muito rica, pois a partir do panorama da “micro-história” representada por Carlo Ginzburg e da “escrita de si” de Ângela de Castro Gomes, pôde-se ter instigantes revelações sobre o cotidiano desse japonês radicado no oeste do Pará. Uma delas está relacionada ao questionamento da unanimidade de conflitos entre a população brasileira e os japoneses nas regiões do país.

A partir da análise dessa fonte, observou-se que esse suposto consenso não se aplicava a Santarém, como foi citado acima, o lugar apesar de tratar os japoneses com algumas reservas, não chegou a ter conflitos como houve em outras regiões. Sendo assim, a cidade teve uma relativa calma se comparado a outros lugares que relataram agressões e depredação a patrimônio de japoneses. Além disso, as cartas proporcionaram saber como foi o processo de adaptação desse imigrante na região amazônica, levando em conta os aspectos geográficos e do contexto histórico do país.

Por fim, se sobressai neste estudo a possibilidade, franqueada pela natureza das fontes, de observar como um indivíduo “comum”, na busca constante pela sua sobrevivência e proteção de sua família, enxergava e dimensionava aquilo que podemos chamar de “macro eventos”, como é o caso da Segunda Guerra Mundial e sua cadeia de conseqüências. É sempre muito revelador e gratificante poder analisar como as pessoas, que estão à margem das instâncias decisórias, fora dos eixos diplomáticos e apartados dos jogos de interesses das grandes potências mundiais, são profundamente afetadas por essas decisões que tornam o cotidiano, que já é sempre muito difícil, em exercício ainda muito mais complexo. E como a história é feita por essas gentes e não pelos líderes que decidem as suas vidas dos gabinetes, é pelas lentes dessas pessoas que podemos ver a verdadeira pulsão que move o caminhar histórico da humanidade.

Nesse sentido, vale ressaltar que este estudo não pôde explorar ao máximo o potencial dessa rica fonte histórica, dado as especificidades de um artigo de Conclusão de Curso, e também devido ao foco inicial deste trabalho. Sendo assim, abre-se a possibilidade da utilização dessa fonte, na qual há um grande leque de discussões, como cultivo da juta, em trabalhos futuros que permitam maior aprofundamento destas cartas.

REFERÊNCIAS

Fontes:

IKEGAMI, Antão Shinobu [Relato]. *Imigrantes pioneiros da Amazônia*. 2000. (Manuscrito. Arquivo pessoal).

IKEGAMI, Kinji. [Cartas], 44 volumes, 1 fev. 1945.

Bibliografia:

ASSOCIAÇÃO PAN-AMAZÔNICA NIPO-BRASILEIRA – APANB. *70 anos de imigração japonesa na Amazônia*. São Paulo, Topan Press, 2001.

AUGUSTO, Isabel Teresa Creão. Família e relações de compadrio em Belém, século XIX. In: XXIII Simpósio Nacional de História - História: Guerra e Paz, 2005, Londrina. *Anais do XXIII Simpósio Nacional de História*. Londrina: UEL, 2005.

BARROS, José D'Assunção. *O Campo da História*. Petrópolis: Vozes, 2004.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta de M. (orgs.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, p. 183-191, 1996.

CARDOZO, José Carlos da Silva. Reflexões sobre a abordagem macro e micro na história. *Mneme* (Caicó. Online), v. 11, p. 28-41, 2010.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; TAKEUCHI, Marcia Yumi. *Imigrantes Japoneses no Brasil: Trajetória, Imaginário e Memória*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

CERTEAU, Michel De. *A invenção do cotidiano: morar cozinhar*. V. 2. 4ª ed., tradução de Epharain Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Forense Universitária, 1996.

CORDEIRO, Philonila Maria Nogueira. *Ascensão das ideias nazistas em Pernambuco: A quinta coluna em ação: 1939-1945*. 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Recife.

EMMI, Marília Ferreira. *Um Século de Imigrações Internacionais na Amazônia Brasileira: 1850 – 1950*. Belém: NAEA, 2013.

GERALDO, Endrica. O combate contra os "quistos étnicos": identidade, assimilação e política imigratória no Estado Novo. *Locus* (UFJF), v. 15, 2009.

GINZBURG, Carlo. *A Micro-História e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1989.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os Vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GOMES, Ângela de Castro (Org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

HANDA, Tomoo. *O imigrante Japonês: História de sua vida no Brasil*. São Paulo: Editora Centro De Estudos Nipo-Brasileiros, 1987.

HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos: O breve século XX 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama.; FREITAS, Marilene. Corrêa da Silva; FERREIRA, Aldenor da Silva. *Imigração japonesa na Amazônia: contribuição na agricultura e vínculo com o desenvolvimento regional*. Manaus: EDUA, 2011.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. *A imigração Japonesa na Amazônia: sua contribuição ao desenvolvimento agrícola*. Brasília: EMBRAPA, 2016.

JORNAL NIKKEY SHIMBUN. *Amazônia 1929 – 2009: 80 anos da imigração japonesa na Amazônia*. 1 ed. São Paulo: União Nikkey, 2012.

KODAMA, Kaori; SÁ, Magali Romero. Saúde, imigração e circulação de conhecimentos: Japão e Brasil nas relações científicas do período entre-guerras. *Territórios e Fronteiras* (Online), 2013.

KOUTAKU, Tatsuo Ishizu. *Imigração e ocupação na fronteira do Tapajós: os japoneses em Monte Alegre – 1926-1962*. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Pará, Belém.

LE GOFF, Jacques. *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

LESSER, Jeffrey. *A negociação da identidade nacional: imigrantes e minorias e a luta pela etnicidade no Brasil*. São Paulo: UNESP, 2001.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e abusos da História oral*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, p. 167-182, 2006.

MIOTO, Leide Daiana; GALHARDI, Ligia Carla Faccin; AMARANTE, Marla Karine. Aspectos parasitológicos e imunológicos da malária. *Biosaúde*, Londrina, v. 14, 2012.

MUTO, Reiko. *O Japão na Amazônia: Condicionantes para fixação e mobilidade dos imigrantes japoneses (1929-2009)*. 2010. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Universidade Federal do Pará, Belém.

OTI, Sakae. *História da juta na Amazônia*. Santarém, 1947. Mimeografado.

PEREIRA, Ronan Alves. Religiões Japonesas no Brasil: Identidade e mudança socio-cultural. In: II Encontro Nacional de Professores Universitários de Língua, Literatura e Cultura Japonesa, 1991, São Paulo. *Anais do II Encontro Nacional de Professores Universitários de Língua, Literatura e Cultura Japonesa*. São Paulo: Centro de Estudos Japoneses da Universidade de São Paulo, 1991.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SHARPE, Jim. A História vista de baixo In: BURKE, Peter (org.). *A Escrita da História: novas perspectivas*. 2ª ed. São Paulo, Editora da UNESP, p. 39-62, 1992.

SOARES, André Luis R.; GAUDIOSOS, Tomoko Kimura. *Entre o Japão e o Brasil: religiosidade e diálogos culturais entre os imigrantes japoneses em Santa Maria, RS*. p. 3 Disponível em <<http://jararaca.ufsm.br/websites/nep/download/TExtos/AIII.pdf>>. Acesso em: 31 maio. 2017.

THOMPSON, Edward. P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.